Publicação da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal. Edição nº 85 - ano 18 - Novembro 2015. Distribuição gratuita.

FENAE Agora

Nesta edição: encarte especial sobre os 30 anos da greve de 1985

Belágua

Movimento Solidário chega à cidade maranhense para transformar a realidade sofrida da população. Participação dos empregados da Caixa será fundamental

Prossegue a mobilização por mais empregados na Caixa

Pag. 23

A música é
nossa arte,
o mundo é
nosso palco.
Música
Fenae 2015
Recife
O show já vai começar.
2 a 4 de dezembro de 2015
Recife - Pernambuco
FENAE
APCEF
Mais informações no site: www.fenae.org.br/musicafenae2015

Pag. **05**
Entrevista
Professora Gabriela Delgado fala sobre o combate à terceirização

Pag. **10**
Cultura
Música Fenae 2015 movimenta a capital pernambucana

Pag. **16**
Responsabilidade Social
Jeito Fenae de mudar o mundo volta a atenção para Belágua (MA)

Pag. **23**
#MaisEmpregadosJá
Luta por mais contratações na Caixa será intensificada

Pag. **26**
Pegadas
Roraima: paraíso dos observadores de pássaros

Pag. **28**
Brasil
A tragédia do extermínio dos índios Guarani e Kaiowá

FSC
www.fsc.org
100%
Legno da foreste correttamente gestite
FSC™ C114715

Administração e redação: **Fenae** - *Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal* - SRTVS Qd 701, Centro Empresarial Assis Chateaubriand, Loja 126, Térreo II, Conj. L, Lote 38, Bloco II, Asa Sul Brasília / DF - CEP 70340-906 - Diretoria Executiva - Diretor-presidente: **Jair Pedro Ferreira**. Diretor vice-presidente: **Clotário Cardoso**. Diretora de Administração e Finanças: **Fabiana Cristina Meneguele Matheus**. Diretora de Comunicação e Imprensa: **Natascha Brayner Sobreira**. Diretor de Esportes: **Paulo César Barros Cotrim**. Diretor de Cultura: **Moacir Carneiro da Costa**. Diretor de Assuntos de Aposentados e Pensionistas: **Olivio Gomes Vieira**. Diretoria Executiva: **Sérgio Hiroshi Takemoto, Devanir Camargo da Silva, José Megume Tanaka, Daniel Machado Gaio**. Conselho Fiscal - Titulares: **Marcos Aurélio Saraiva Holanda, Francisca de Assis Araújo Silva, Jorge Luiz Furlan**. Suplentes: **Anabele Cristina Silva, Carlos Alberto Oliveira Lima, Laercio Silva**. Conselho Deliberativo Nacional - Presidente: **Giselle Maria Araújo Lima de Menezes**. Vice-presidente: **Paulo Roberto Damasceno**. Secretário-geral: **Iran Neves Bahia**. Gerente de Comunicação: **Rodrigo Fernandes**. Jornalistas: **Antônio José Reis e Andréa Viegas**. Redação publicitária: **Ana Paula Bessa e Eduardo Ribeiro Bueno** Fotos: as não identificadas são de autoria de **Augusto Coelho**. Design: **Lisarb Senna de Mello e Marcelo Villodres**. Ilustrações e projeto gráfico: **Lisarb Senna de Mello**. Colaboradores: **Mylton Severiano e Fernando Nogueira**. Impressão: **Bangraf**. Tiragem: 136.500 exemplares. Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores. As matérias podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. **Distribuição gratuita.**

EDITORIAL

A chegada do Movimento Solidário a Belágua (MA), tema da matéria de capa desta edição da Fenae Agora, é um marco. Após quase dez anos de atuação em Caraúbas do Piauí (PI), onde motivou uma verdadeira transformação, nosso programa de responsabilidade social volta a atenção para um município historicamente marcado pelas desigualdades em diversas áreas. O desafio é enorme, pois aquela comunidade tão sofrida precisa reinventar-se social e economicamente. E, mais uma vez, a colaboração dos empregados da Caixa será fundamental.

Destaque também para a entrevista com a professora Gabriela Neves Delgado, uma especialista quando o assunto é combate às terceirizações. Ela, que coordena o Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania", vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (UnB), atesta: o trabalho terceirizado é esvaziado de direitos fundamentais e, por isso, prejudica a construção da identidade humana. Em tempos de projetos de lei que liberam a prática sem limites, trata-se de uma leitura essencial para entender os riscos da precarização do uso da força de trabalho.

Ouro tema desta edição da Fenae Agora são os resultados da Campanha Nacional dos Bancários de 2015. A conjuntura desfavorável e a intenção dos bancos de impor reajuste salarial abaixo da inflação foram alguns dos ingredientes que fizeram desta uma das negociações mais difíceis dos últimos anos. No final, após 21 dias de greve, foi possível chegar aos 10% de aumento para salários e piso e de 14% para vales. Vale lembrar que a primeira proposta dos banqueiros foi de apenas 5,5% de reajuste, índice bem abaixo da inflação de 9,88%.

Em relação à pauta específica da Caixa, houve a manutenção da PLR Social, a suspensão da terceira onda do programa Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP) e o fim da obrigação dos 15 minutos de pausa para mulheres antes da jornada extraordinária. Infelizmente, porém, não foi possível avançar no item contratação de mais empregados. Por isso, a luta não pode parar. E esse é mais um dos temas tratados nesta edição. Enquanto a realidade nas agências é de trabalhadores sobrecarregados e doentes, e de clientes aguardando horas pelo atendimento, cerca de 30 mil aprovados no concurso de 2014 aguardam convocação.

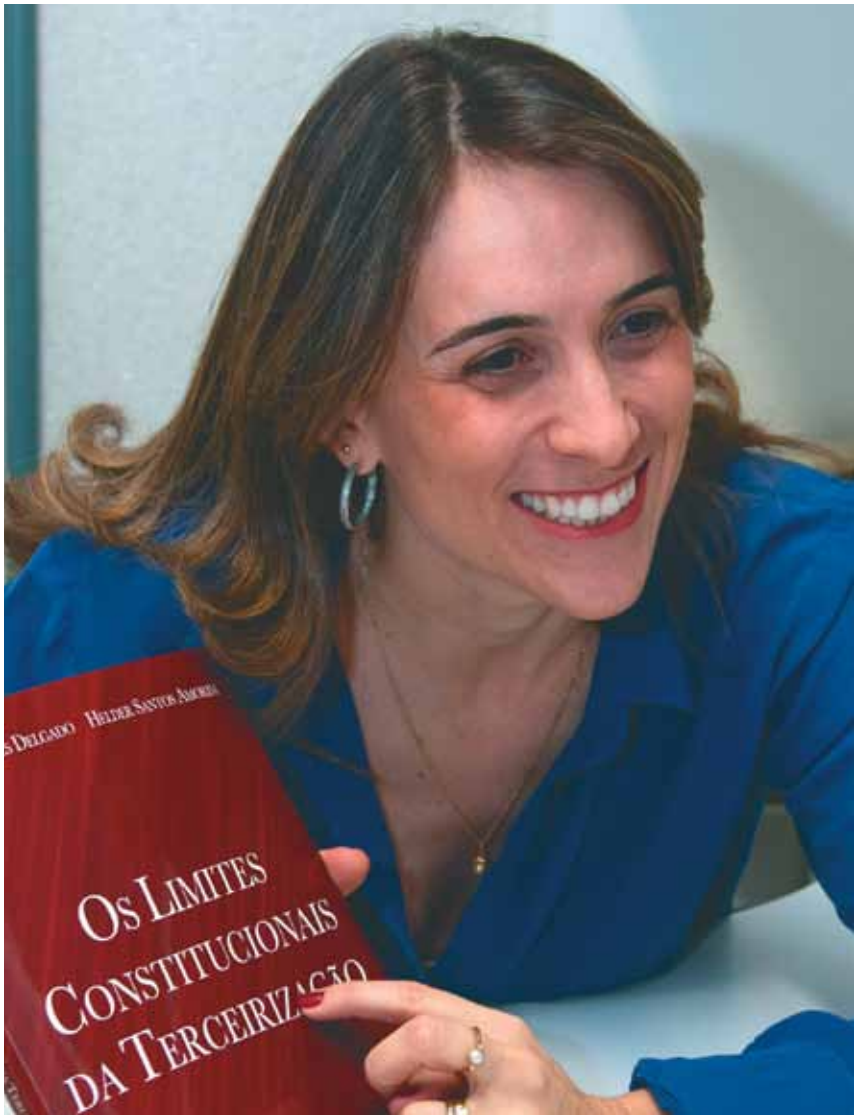
Esta Fenae Agora traz ainda matéria sobre os preparativos para o Música Fenae 2015, em Recife (PE), que será disputado por representantes de 25 Apcefs. Mais uma vez, o festival vai revelar e valorizar talentosos empregados da Caixa, que são associados às Apcefs e que se destacam como intérpretes e compositores.

Boa leitura!

ENTREVISTA

Combate à terceirização passa por debates qualificados e pela mobilização coletiva

Para a professora Gabriela Neves Delgado, o trabalho é um dos elementos vitais para a construção da identidade humana. E, por isso, um dos grandes desafios é equacionar o problema da terceirização, pois ela, geralmente, é esvaziada de direitos fundamentais. Confira a entrevista concedida pela coordenadora do Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania", vinculado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, e autora dos livros "Terceirização - Paradoxo do Direito do Trabalho" e "Os Limites Constitucionais da Terceirização".



Fenae Agora
Como é sabido, a terceirização é sinônimo de precarização do trabalho. Combatê-la, porém, é um grande desafio. Como isso pode ser feito?

Gabriela
A terceirização é uma das modalidades de maior precarização do uso da força de trabalho. E existem vários dados estatísticos que comprovam que ela provoca uma espécie de relação de trabalho rarefeita, esvaziada de direitos fundamentais. Existem alguns instrumentos, que os autores chamam de controles civilizatórios da terceirização, que precisam ser utilizados. Uma das perspectivas, e são várias, é que os trabalhadores terceirizados e os contratados diretamente pela empresa devem ter igualdade salarial. Tanto na perspectiva legal como na perspectiva dos instrumentos coletivos. E por

isso a gente já entra no segundo controle civilizatório da terceirização. Qual seria? É necessário que o terceirizado se insira no sindicato da categoria. Porque é lá que ele se reconhece e é reconhecido, ou deveria ser reconhecido, no espaço de trabalho. Outro enquadramento importante seria a necessidade da responsabilidade solidária. Ou seja, tanto a empresa prestadora como a tomadora devem ser solidariamente responsáveis pelo pagamento das verbas trabalhistas do terceirizado. Além disso, é fundamental se considerar ilícita toda a modalidade de terceirização de atividade-fim. Ela é terminantemente proibida.

FA
E quais são os limites constitucionais da terceirização?

Gabriela
É exatamente isso. Proibição de execução de atividade-fim. Excepcionalidade na contratação de atividade-meio. Obrigatoriedade de que os direitos fundamentais trabalhistas sejam assegurados aos terceirizados. Nós devemos pensar em maneiras de evitar a instrumentalização da força de trabalho. Evitando a rotatividade, baixos salários, jornadas extenuantes. Nós, no Grupo de Pesquisa "Trabalho, Constituição e Cidadania", caracterizamos a empresa que terceiriza como oca, exatamente porque ela não respeita esse substrato constitucional. Por exemplo, trabalhadores terceirizados têm uma jornada de cerca de três horas a mais do que os contratados diretamente pela empresa tomadora. Terceirizados são os que mais sofrem acidente de trabalho. O desembargador Grijalbo Coutinho constatou que, no setor elétrico, cada vez que um trabalhador próprio morreu no exercício de suas funções, pela média de 2003 a 2013, morreram 6,33 terceirizados.

FA
Agora, se tudo isso é feito ao arrepio da lei, como o Judiciário pode atuar para impedir situações irregulares?

Gabriela
A Justiça do Trabalho tem como amparo, além das legislações esparsas existentes que regulamentam terceirizações específicas, como a Lei 6019/74, algumas leis específicas. Mas a Súmula 331 do TST é a grande referência, e lá nós temos alguns direcionamentos importantes. Por exemplo, a proibição da terceirização de atividade-fim, a responsabilidade em caso de terceirização entre empresas, a responsabilidade subsidiária na terceirização lícita. Normalmente, há uma tentativa de responsabilização solidária em terceirizações de atividade-fim no segmento privado, recuperando a orientação do Código Civil Brasileiro que diz que se na ofensa ao mesmo bem jurídico, aqueles que a promoveram devem ser solidariamente responsáveis pelo reparo.

FA
E como proceder no caso de uma decisão judicial contrária à Súmula do TST? Isso acontece, às vezes. Não existe uma decisão do Supremo Tribunal Federal?

Gabriela
Ainda não. Existem algumas ações no STF para discussão do tema. Mas, neste momento, os olhos voltaram-se para o Congresso Nacional, porque tivemos um Projeto de Lei, que foi votado na Câmara dos Deputados e seguiu para no Senado, que é o PLC 30/15. Há uma tentativa de precarização das relações de trabalho via terceirização. Inclusive, com uma possibilidade de regulamentação em atividade-fim. Existe um fórum de combate à terceirização, que tem um locus de encontro permanente na internet, onde debatemos tentativas de mobilização coletiva para brecar esses movimentos, tanto no Congresso como, posteriormente, no Supremo. No ano passado, a gente fez um grande seminário em Brasília, que reuniu mais de 500 pessoas. Estão sendo feitas pelo Brasil afora audiências públicas direcionadas, presididas pelo senador Paulo Paim (PT-RS), em que os vários atores sociais se movimentam para dizer dos riscos de uma terceirização desenfreada.

FA
Como tem agido o Grupo de Trabalho que você coordena?

Gabriela
Também estamos fazendo, dentro de uma perspectiva eminentemente acadêmica, vários movimentos concertados para demonstrar que a terceirização é um mecanismo de mercantilização da força de trabalho, que rompe com todos os pressupostos básicos de proteção ao ser humano trabalhador. Já fizemos seminários, artigos específicos no nosso blog, uma carta aberta à Câmara e ao Senado. Estamos tentando mobilizar a comunidade acadêmica em torno do tema.

FA
Fale um pouco mais sobre essa questão da principal consequência da terceirização da classe trabalhadora.

Gabriela
Podemos pensar em duas perspectivas. Uma, da qual eu já vinha falando, é ligada aos direitos patrimoniais. E há uma perspectiva extrapatrimonial. O terceirizado não tem referências de tempo e de espaço consolidadas, que são constitutivas da construção da identidade do ser humano na relação com o mundo exterior. Por que isso acontece? Primeiro, é um trabalhador que sofre uma alta rotatividade. Então, ele não consegue projetar para si e para seus pares a relação com o futuro. Não pode pensar numa especialização, num aprofundamento

profissional, em qualificações, porque não sabe quanto tempo aquela relação de emprego vai durar. Mas o terceirizado também tem uma dificuldade constitutiva em relação ao espaço, porque está desagregado. Regra geral, ele não se reconhece naquele espaço de trabalho. É como se fosse de segunda classe, e os próprios trabalhadores diretamente contratados assim o identificam. São muito comuns relatos judiciais de terceirizados sendo discriminados, porque usam vestimentas diferentes, crachás de cores diferentes, o local do refeitório é outro, o ônibus da terceirizada não pode entrar na sede da empresa. Em relação à projeção do tempo na construção da identidade, como muitas vezes os terceirizados são submetidos a contratos sucessivos, eles não conseguem reconhecer quem é o real empregador. Pense na indústria de confecção, que promove uma rede infinita no espaço da terceirização, quarteirização. Então, você tem a grande indústria, que terceiriza uma fábrica, depois terceiriza para uma fabriqueta, e assim sucessivamente.

FA
Já entra num processo de quarteirização?

Gabriela
Exato. Essa construção da identidade também fica difícil quando você pensa nesses múltiplos contratos sucessivos, na dificuldade desse trabalhador de usufruir e de projetar férias com família. Temos relatos de terceirizados que ficam cinco, seis anos sem férias, porque precisam se submeter a contratos sucessivos para garantir a manutenção do posto de trabalho. Se nós perguntarmos para o terceirizado "quem é você?", "o que você faz?", ele não vai dizer "sou jornalista", "sou fotógrafo", "sou pesquisadora", "sou metalúrgico". Vai dizer "sou terceirizado". Ele não se reconhece no trabalho e não tem seu trabalho reconhecido pela comunidade que o

cerca. Esse é um tema que venho gostando muito de pesquisar. No Direito do Trabalho, estamos fazendo uma pesquisa interdisciplinar nesta área, especificamente em relação aos terceirizados.

FA
Dando também uma perspectiva transversal.

Gabriela
Sim. Isso é fundamental para uma boa compreensão do tema. Quando a gente pensa na construção da identidade, existe uma angústia natural, inerente ao ser humano, que todos nós um dia sentimos. Em algum momento da vida a gente se questionou "o que estamos fazendo aqui?", "o que significa estar nesse mundo?". Alguns buscam uma resposta religiosa, outros vão para os movimentos sociais. O que acontece com o trabalhador terceirizado? Na perspectiva do Direito, um dos grandes movimentos para você conseguir resistir é o coletivo. E o movimento coletivo para o trabalhador terceirizado é absolutamente esvaziado. Exatamente porque ele não consegue ter esse sentido de filiação.

FA
Poderíamos até dizer que esse movimento coletivo é inexistente.

Gabriela
Quase inexistente. Absolutamente precário. Quer ver só outra dificuldade de se projetar tempo e construção de identidade? Como esse terceirizado vai pensar em aposentadoria? O que acontece é que ele fica nas franjas do Direito, nas franjas da sociedade, em um sistema de precarização constante. Estamos começando a discutir, na perspectiva teórica do Grupo de Pesquisa, a possibilidade de o terceirizado exigir, por meio da ação trabalhista respectiva, indenização por dano existencial.

FA
Mas já existe algum precedente?

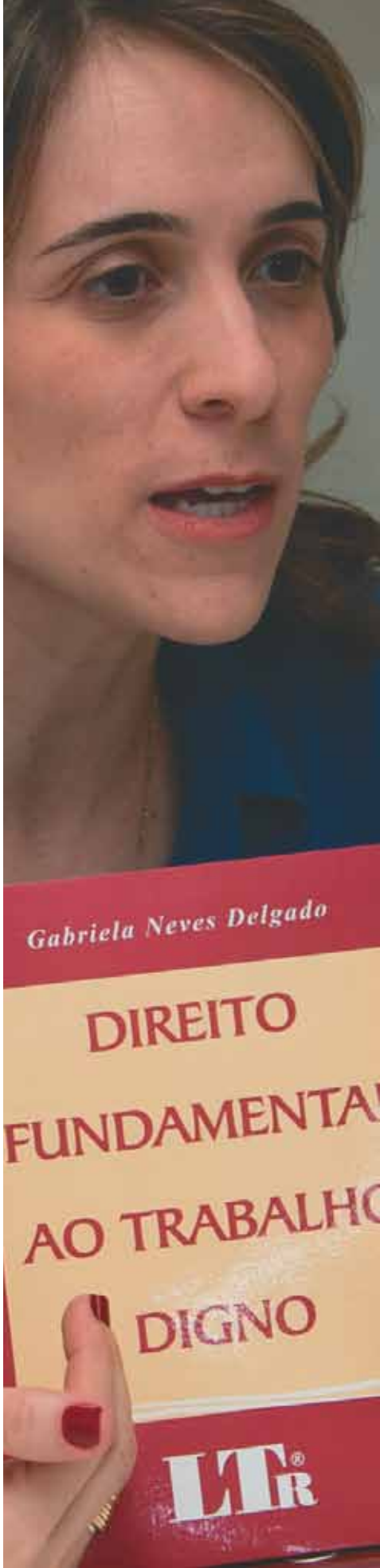
Gabriela
Raríssimos. Essa é uma discussão que despontou há pouquíssimo tempo, mas terceirização e dano existencial é uma equação quase inevitável. Eles ficam pululando entre emprego precário terceirizado e informalidade, como, por exemplo, terceirizados no sistema de call center. Regra geral são trabalhadores pouco ou parcamente qualificados, mulheres, de baixa renda, que sofrem uma rotatividade permanente, que ficam migrando nesse curto-circuito, nesse pingue-pongue, nessa zona de conflito. Sempre longe do núcleo máximo de proteção.

FA
Continuando essa reflexão positiva, como poderá ser montado um processo de negociação entre os diversos setores da sociedade brasileira para construção de uma legislação que não represente retrocesso histórico para os trabalhadores?

Gabriela
Pela mobilização coletiva.

FA
Como isso poderá ser feito?

Gabriela
Dentro de uma perspectiva de democracia participativa, a ideia é unir esforços dentro de grandes fóruns de debate, diversificados, para que sejam um espaço profícuo de engajamento e de encontro de soluções. Nesse nosso fórum de combate à terceirização, que é eminentemente plural, a gente vem pensando encaminhamentos. Essa formulação de audiências públicas, seminários, envio de cartas políticas. Eu te diria que é o espaço do político. E influenciando e interferindo positivamente nos caminhos do Jurídico.



FA
Espaço do político, mas no âmbito da sociedade civil. Ainda não no âmbito da sociedade política.

Gabriela
Isso. É o momento pré-jurídico, pré-político.

FA
Como a gente traduz todo esse movimento da sociedade civil em uma legislação que represente avanço social?

Gabriela
Pressão. Mobilização. Nós não temos o controle. Por exemplo, nós do Grupo de Pesquisa vamos entrar com uma peça de amicus curiae no STF, para informa-los em relação à perspectiva teórica. Temos que transformar tudo que estou dizendo em palavras. Quando o ministro Luiz Fux declarou repercussão geral no tema da terceirização, o Helder [Santos Amorim], procurador do Trabalho em Minas Gerais, e eu chegamos à conclusão que precisávamos apresentar um estudo. Então, fizemos o livro "Os Limites Constitucionais da Terceirização", que já está na segunda edição, nessa perspectiva de influenciar positivamente por meio de um bom arsenal teórico.

FA
Você tem conhecimento da terceirização no sistema financeiro nacional, em especial nos bancos públicos federais?

Gabriela
Grijalbo Coutinho, desembargador do Trabalho da 10ª Região, mestre pela UFMG, fez um estudo muito cuidadoso sobre a terceirização bancária no Brasil. Ele demonstrou que há uma violação à plataforma de direitos humanos, por conta desses riscos todos que a gente já falou aqui, no sistema bancário. Dificuldade de construção de identidade, alta rotatividade, precarização salarial, preconceito no espaço de trabalho, utilização de terceirização em atividade-fim muito recorrente.

FA
No sistema financeiro, o terceirizado está mais exposto a riscos e ao assédio moral? E como a mulher está mais exposta a ambos os fenômenos?

Gabriela
Os dados estatísticos comprovam que, na terceirização trabalhista, mulheres são mais utilizadas do que homens. Especialmente, em alguns setores, como o do teleatendimento. E há outros recortes interessantes. Em todos os setores, são trabalhadores que, regra geral, têm um ensino formal precário, não concluído. Há também o recorte de raça. Regra geral, especialmente em trabalhos manuais, são pardos e negros. No que concerne ainda à questão dessa ênfase na perspectiva da sociologia do trabalho, são trabalhadores que sofrem permanentemente assédio moral e, sobretudo, assédio moral organizacional. A própria inserção desse trabalhador no sistema de produção é preconceituosa, seja porque ele é destituído de direitos, seja porque não é reconhecido pelos pares ou pelo empregador.

FA
E ainda tem o desvio de função.

Gabriela
É verdade. O desvio de função é inerente à terceirização ilícita. Por quê? Porque você tende a colocar um trabalhador terceirizado num espaço de atividade-fim, o que é terminantemente proibido pelo sistema trabalhista brasileiro. E aí a força de trabalho fica mais barata.

FA
E o que fazer para manter uma política de valorização do trabalho no Brasil?

Gabriela
O primeiro caminho é reconhecer a importância do Direito do Trabalho a partir da plataforma constitucional. O substrato de valor da Constituição é a dignidade humana. Isso significa que o único trabalho que é protegido é o trabalho digno. E ela promove algumas diretrizes de exclusão: trabalhos escravos, trabalhos que precarizem, que instrumentalizem o ser humano. Nós devemos observar a Constituição, com toda a sua gama de direitos fundamentais, como uma grande referência para a proteção de um trabalhador. Agora, o segundo movimento é o da mobilização coletiva, da construção de um sentido social, da retomada de forças, da compreensão de que esses trabalhadores precisam se unir em associação para fazer um contraponto de poder. O que é muito difícil para os terceirizados, em função dessa desagregação permanente que eles sofrem no espaço de trabalho.

FA
Como é que o medo do desemprego influencia na mobilização coletiva?

Gabriela
Qual a vertigem coletiva dos trabalhadores desde os anos de 1990, com as privatizações, os processos de desregulamentação de direitos sociais, a flexibilização trabalhista? O medo da perda do emprego. Então, para se manterem nos postos de trabalho, eles tendem a manter uma perspectiva individualista. Agregar forças para o coletivo é dificílimo, porque os trabalhadores concorrem entre si. Muitas vezes as pessoas geram para si doenças psicossomáticas por conta de processos permanentes de assédio moral, assédio moral organizacional, medo da perda do emprego.

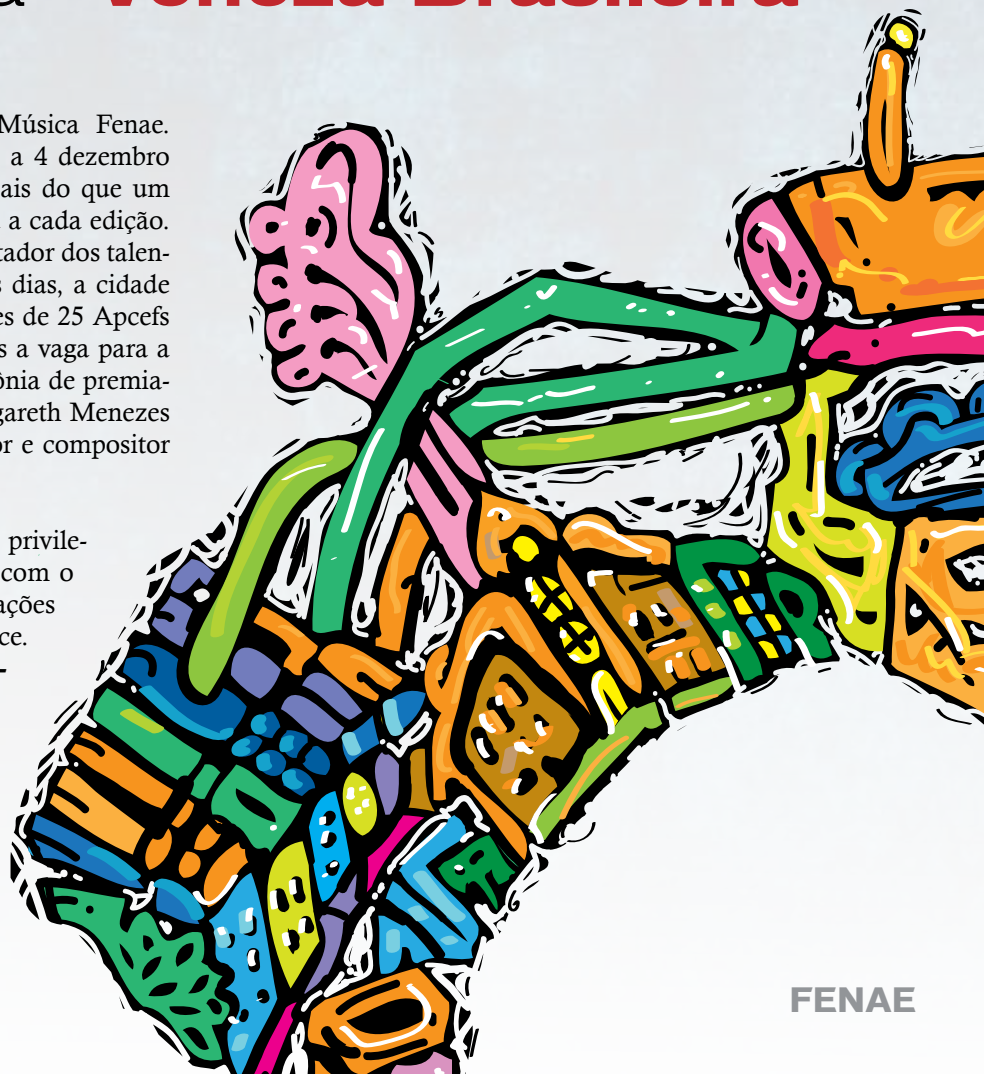
Música Fenae Recife 2015

CULTURA

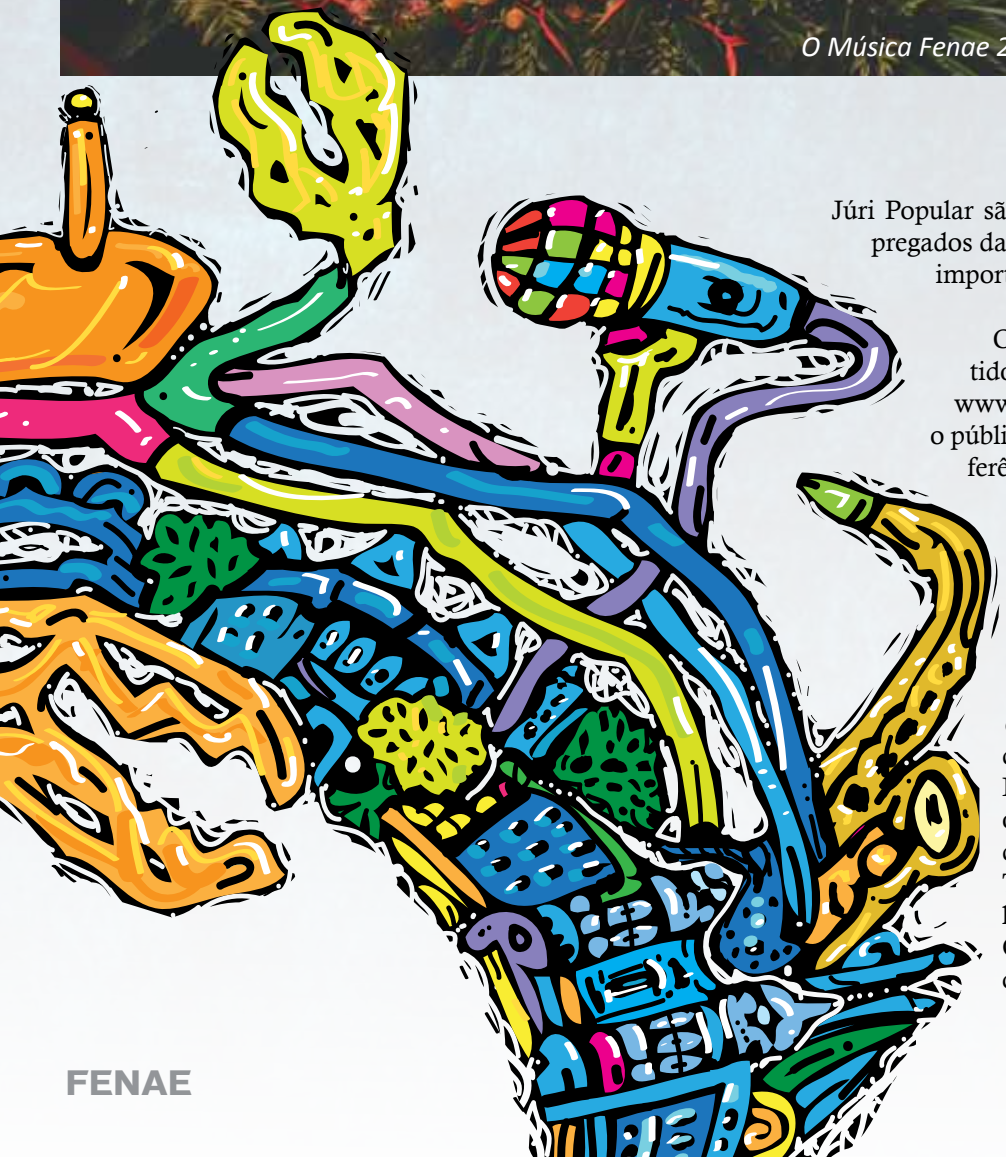
Música Fenae 2015 será realizado em Recife, a **"Veneza Brasileira"**

Tudo pronto para mais um Música Fenae. Marcado para o período de 2 a 4 dezembro de 2015, o festival é muito mais do que um evento musical cujo sucesso aumenta a cada edição. Ele também se fortalece como fomentador dos talentos musicais da Caixa. Durante três dias, a cidade de Recife (PE) receberá representantes de 25 Apcefs que disputarão em duas eliminatórias a vaga para a grande final que terá, além da cerimônia de premiação, shows da Banda Versalle e Margareth Menezes com a participação especial do cantor e compositor pernambucano Alceu Valença.

A 12ª edição do Música Fenae vai privilegiar, mais uma vez, a interatividade com o público e a valorização das manifestações culturais da localidade onde acontece. **"A logomarca do festival reúne elementos que destacam as características arquitetônicas e culturais da capital pernambucana, fazendo referências ao Maracatu e ao movimento Manguebeat",** destaca o diretor de Cultura da Fenae, Moacir Carneiro. E acrescenta: "A transmissão e o prêmio do



O Música Fenae 2013 foi realizado em Belém (PA)



Júri Popular são formas de integrar todos os empregados da Caixa e a sociedade em geral neste importante evento".

O Música Fenae 2015 será transmitido ao vivo pela internet, por meio do www.fenae.org.br/musicafenae2015, e o público poderá escolher a canção de preferência entre as 12 finalistas. O diretor de Cultura da Federação frisa: **"Todas as normas foram discutidas e aprovadas pelo CDN da Fenae, do qual participam todos os presidentes de Apcefs".**

Criado em 1986, foi denominado inicialmente Festival da Canção dos Empregados da Caixa (Fenec). Podem participar do Música Fenae os empregados da Caixa associados a uma das 27 Apcefs do País. Também é preciso participar das seletivas realizadas pelas associações. Cada Apcef participa do festival nacional com apenas uma música.

Conheça os participantes do **Música Fenae 2015**

Acre
Minha flor
Compositor e intéprete: Miguel Pacífico

Alagoas
Quando a luz acende (rótulos)
Compositor: José Milton Silva Peixoto
Intérpretes: José Milton Silva Peixoto e Geraldo Augusto de Almeida Rizzo

Amazonas
Canção das lavadeiras
Compositor: João Cândido dos Santos Rodrigues (Candinho)
Intérpretes: João Cândido Rodrigues Júnior (Candinho Jr.)

Bahia
Horizonte vertical
Compositor e intérprete: Guilherme Carvalho Gonçalves

Ceará
Canção do amor virtual
Compositor e intérprete: Paulo Roberto Pereira de Araújo

Distrito Federal
Boneca de Olinda
Compositores: Benê Maia e Cristiano Grass
Intérprete: Benê Maia

Espírito Santo
Apocalipse
Compositor e intérprete: José Carlos Rodrigues (Zeca Rodrigues)

Goiás
Outros sóis
Compositor: Carlos Cesar Costa (Cesinha)
Intérprete: Sebastião Rodrigues da Silva (Tião Sodré)

Maranhão
Agora é tarde
Compositor e intérprete: Gabriel Assis Guimarães Viana

Mato Grosso
Pra sempre te amar
Compositor e intérprete: Ítalo Moreira

Mato Grosso do Sul
Caboclo solidão
Compositor e intérprete: Leandro Aparecido da Silva

Minas Gerais
Jurema
Compositor e intérprete: Sylvio Rosa

Pará
Na levada da aaré
Compositor: Francisco Alenilson Girard da Silva
Intérpretes: Camila da Costa Bandeira e Giovani Fontenelle Costa

Paraíba
Cantar
Compositora e intérprete: Glaucia Pereira Cavalcanti

Pernambuco
Mudar de rádio
Compositor: Rafael Neves
Interpretes: Rodolfo Santiago e Rafael Barbosa Neves

Piauí
A fascinante tarefa de viver
Compositores: Antônio Donald Nogueira, Leonam Carvalho de Morais Filho e João Sales Neto
Intérprete: Leonam Carvalho de Morais Filho

Paraná
Autorretrato
Compositor: Ednilson Estevam da Silva
Intérprete: Márcio Aroldo Liparotti Deflon

Rio de Janeiro
O Dom do amor
Compositor: Eduardo Lincoln Farias de Lucena
Intérprete: Ronaldo de Oliveira

Rio Grande do Norte
O Pescador
Compositor e intérprete: Francisco de Assis Souza (Souzinha)

Roraima
Quimera
Compositor e intérprete: Nestor Araújo Morais

Rio Grande do Sul
Em nome da paixão
Compositor e intérprete: Angelino Rogério

Santa Catarina
O tempo, a vida, a estrada e o amor
Compositor: Gerson Samuel Knochenhauer
Interpretes: Leandro Alverto Nesello e Gerson Samuel Knochenhauer

Sergipe
Meus olhos são túneis
Compositor e intérprete: Raimundo Araújo Silva Neto

São Paulo
Última estação
Compositor e intérprete: Dan Grasso Chixaro

Tocantins
Caminho
Compositor e intérprete: Geanine Romanovski

Após 21 dias de greve, o CCT e o ACT 2015/2016 foram assinados, em São Paulo (SP), no dia 3 de novembro.

MOVIMENTO

Campanha Nacional 2015: hora de avaliar resultados e planejar as próximas ações

Mobilização dos empregados da Caixa continua sendo fundamental para avançar por melhores condições de trabalho nas unidades de todo o país. Fim do GDP, volta da substituição com efeito cascata e contratação de mais empregados estão entre as principais reivindicações

A conjuntura desfavorável e a intenção dos bancos de impor um reajuste salarial abaixo da inflação foram alguns dos ingredientes que fizeram da Campanha Nacional dos Bancários de 2015 uma das mais difíceis dos últimos anos. No final, após 21 dias de greve e exaustivas negociações, foi possível chegar aos 10% de aumento para salários e piso e de 14% para vales. A primeira proposta dos banqueiros, vale lembrar, foi de 5,5% de reajuste e abono de R$ 2.500, o que sequer repunha a inflação de 9,88%.

"Apesar das dificuldades, evitamos a redução dos salários e a perda do poder de compra. Na Caixa, conseguimos também manter a PLR Social, conquistada pela nossa categoria em 2010, uma forma de reconhecer a dedicação de todos os trabalhadores do banco, sem diferenciação", afirma o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira. Ele lembra: **"A PLR como se conhece hoje é de 2003. Antes, havia a chamada PRX, um plano atrelado ao cumprimento de metas e que deixava a maioria dos empregados sem receber nada"**.

Ainda em relação à Caixa Econômica Federal, houve avanços importantes. Segundo Fabiana Matheus, coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados (CEE/Caixa), um deles é a suspensão da terceira onda do programa Gestão de Desempenho de Pessoas. **"Repudiamos o GDP, que institucionaliza a cobrança de metas individuais, principal causa do adoecimento nas unidades. Não aceitamos negociar esse item e vamos continuar lutando pelo fim do programa"**, destaca.

O fim da obrigação dos 15 minutos de pausa para mulheres antes da hora extra, prevista na cláusula 6 do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2015/2016, foi outra conquista. **"Esse intervalo obrigatório e não remunerado é uma discriminação de gênero. Ele surgiu na redação original da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, e foi aplicado este ano após ações de alguns sindicatos. De qualquer forma, passou da hora de mudarmos a legislação, essa será outra luta importante"**, diz Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Fenae.

A luta continua!

Genésio Cardoso, diretor do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região e membro da CEE/Caixa, destaca que a luta precisa continuar em relação aos itens em que não foi possível avançar na campanha nacional deste ano. **"No caso da contratação de mais empregados, o banco não aceitou colocar uma cláusula no ACT, diferentemente do que ocorreu no ano passado. Por isso, a mobilização de trabalhadores, aprovados em concurso e sociedade não pode parar. Pelo contrário, ela precisa ser fortalecida"**, adverte.

A Comissão Executiva, inclusive, já definiu os próximos passos, em reunião realizada com líderes dos concursados, no dia 14 de novembro. Uma das ações é ampliar a adesão ao abaixo-assinado que cobra mais

A grande maioria das bases sindicais aprovou o fim da greve nacional dos bancários nos dias 26 e 27 de outubro.

empregados para o banco. O objetivo é chegar às 100 mil assinaturas até o final de janeiro de 2016. Até o momento, cerca de 20.500 chegaram à Fenae. **"A gente não sabe qual será o resultado, é importante que se diga isso. O que podemos garantir é que vamos lutar até o fim, com todas as armas que tivermos"**, afirma Fabiana Matheus.

A coordenadora da CEE/Caixa cita outras reivindicações que ainda não foram atendidas. **"A Caixa está nos devendo a substituição com efeito cascata, quando sai um gerente ou um gestor em férias ou licença, pois recentemente cortou, e alguém tem que fazer este trabalho sem estar recebendo por isso. Ela nos deve também a suspenção da GDP para todos os níveis, porque os gerentes continuam enquadrados sem um debate com a categoria. Enfim, a melhoria das condições de trabalho depende da força e da unidade da categoria"**, ressalta.

Caixa e outras estatais ameaçadas

Jair Pedro Ferreira lembra que uma das lutas mais importantes do ano foi a que garantiu a manutenção da Caixa 100% pública. "**No final de 2014, diante da ameaça de abertura de capital do banco, nos organizamos e impedimos o andamento dessa proposta"**, relata. De acordo com o presidente da Fenae, agora é hora de barrar o PL 555/2015, que trata do Estatuto das Estatais, e a abertura do capital da Loteria Instantânea. **"São propostas que representam o retrocesso, no sentido de enfraquecer empresas públicas que são essenciais para o desenvolvimento econômico e social do Brasil"**, avalia.

"Em outubro, mais precisamente no dia 30, completamos 30 anos da greve de 1985. Foi uma paralisação histórica, por meio da qual os empregados da Caixa conquistaram a condição de bancário, com jornada de seis horas e direito à sindicalização. Esse capítulo da história da nossa categoria não pode ser jamais esquecido, pois mostra a força que os bancários têm, em especial os da Caixa, quando há força e unidade", observa Fabiana Matheus.

Belágua

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Jeito Fenae de mudar o mundo volta a atenção para o município de Belágua

Depois de transformar a realidade de Caraúbas do Piauí, o programa Movimento Solidário chega a Belágua para atuar, a princípio, nos próximos cinco anos. Ideia é criar uma rede de solidariedade, na qual a participação dos empregados da Caixa, mais uma vez, será essencial para o sucesso das ações

Historicamente marcada por desigualdades em diversas áreas, o município de Belágua, a 280 km da capital São Luís (MA) e com 7.191 habitantes, apresenta uma situação de vulnerabilidade social profunda, evidenciada no elevado percentual de pobreza, no baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), na alta mortalidade infantil e na reduzida taxa de alfabetização. É, inclusive, uma das cidades brasileiras com a menor renda domiciliar per capta (R$ 146,70). Localiza-se no semiárido maranhense, com mais da metade de sua população dependente do programa Bolsa Família.

Antigo lugarejo que utilizava o algodão para tecer roupa, rede de dormir e pescar, antes de tornar-se município em 1994, Belágua foi escolhida pelo programa Movimento Solidário da Fenae, do Grupo PAR e da PAR Corretora para reinventar-se social e economicamente, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. De modo geral, porém, o desafio em torno dessa tarefa será difícil, pois os índices de miséria nos povoados são preocupantes, chegando em algumas situações a um estado de barbárie, a exemplo da comunidade de Lagoas. Ali a carência dos 67 moradores é notória e absoluta, atingindo indistintamente crianças, adultos e idosos. São frequentes as fe-

ridas pelo corpo e os casos de vermes nas barrigas de alguns meninos e meninas, os mais vulneráveis a adquirir doenças desse tipo, devido à higiene inadequada e ao contato com a água infectada.

É nessa atmosfera de desafios, realizações e com muitas histórias para contar a partir de agora, algumas incômodas e até alarmantes, que a equipe da Fenae já está realizando visitas técnicas para, posteriormente, desenvolver ações nas áreas de saúde, educação, saneamento básico e geração de renda, por um período de cinco anos. A primeira visita a Belágua foi feita entre os dias 7 e 10 de julho. O mapeamento foi feito por Natascha Brayner Sobreira, diretora de Comunicação e Imprensa da Federação, e por Denise Alencar Viana, analista de Responsabilidade Social e Empresarial. Para detectar os problemas e apontar as soluções, reuniões estão sendo realizadas com gestores e com representantes da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo que têm sido priorizadas as conversas com os moradores.

O trabalho foi iniciado por uma reunião na Câmara Municipal, quando as diretrizes do Movimento Solidário foram apresentadas por Natascha Brayner, Denise Viana e por Giselle Menezes (presidente da Apcef/MA) à sociedade organizada do município. Ao destacar e agradecer a presença da Fenae, o prefeito Adalberto Rodrigues destacou: ***"O objetivo é ajudar a tirar Belágua do quadro de atraso que o Maranhão atravessa, estando a população pronta para colaborar com o Movimento Solidário".***

"Estamos aqui para conhecer as prioridades dos moradores em educação, saúde, saneamento básico e geração de renda"

Natascha Brayner

"Começamos a conhecer as prioridades dos moradores em educação, saúde, saneamento básico e geração de renda", lembrou Natascha Brayner, durante o ato no Poder Legislativo local. Ela acrescentou: ***"O Movimento Solidário visa fomentar a autonomia das comunidades e, por isso, precisa da parceria com a Prefeitura, com os sindicatos e com as associações, para o sucesso do programa".*** Giselle Menezes disse: ***"O foco será as comunidades rurais e não a sede, sendo isto fundamental para que ocorra a necessária autonomia do processo".*** Já Denise Viana explicou como se desenvolveu o trabalho em Caraúbas do Piauí, onde o Movimento Solidário atuou por quase dez anos. ***"Tivemos resultados positivos com base em uma rede de solidariedade. E assim será em Belágua"*, destacou.**

O trabalho de mapeamento das comunidades mais carentes foi iniciado em julho. De lá para cá, outras visitas já foram realizadas.

Situação precária nas comunidades mais pobres

Na região rural de Belágua, sobretudo em boa parte dos povoados, as casas de barro e a vida precária, com escassez de serviços como água, luz, educação e saúde, ainda são praticamente as mesmas do estado retratado por Glauber Rocha no documentário "Maranhão 66", que o cineasta filmou quando o então deputado José Sarney tornou-se governador naquele ano, prometendo um novo futuro. Passados mais de 40 anos de oligarquia, o Maranhão tem o segundo pior IDH do país (0,639) e também maior número de miseráveis em sua população.

"Faltar, aqui falta praticamente tudo, não sei nem por onde começar a falar. O pior problema é a falta de energia elétrica e de água, mas também não tem escola e as crianças precisam de uma alimentação melhor, já que comem basicamente farinhada", afirmou Nilda Andrade da Silva, 22 anos, dona de casa (às vezes trabalha na roça), mãe de uma "penca" de filhos e moradora da comunidade de Lagoas, uma das mais carentes de Belágua.

Ela lembrou que inexiste posto de saúde e os médicos demoram muito a aparecer, "isto quando aparecem", deixando as crianças sem qualquer assistência e alvo fácil de muitas doenças. Quando a situação piora, segundo Nilda, os moradores de Lagoas ficam obrigados a andar longas distâncias para cuidar da saúde na sede do município, mesmo assim sem a garantia de atendimen-

to, já que em Belágua não há hospital e o único posto de saúde é insuficiente para a demanda crescente.

Para Maria de Fátima Gomes da Silva, de 17 anos e também lavradora e dona de casa, o povoado de Lagoas precisa de muita coisa: energia, estrada, posto de saúde, escola. Ela é mãe de dois filhos pequenos e estuda em Belágua, ***"o que é possível porque a Prefeitura disponibiliza transporte escolar"***. Ela diz que, como o cotidiano da comunidade é de pobreza extrema, os moradores vêm reunindo-se para criar uma associação, em busca de melhorias.

Colocada à própria sorte, a comunidade de Lagoas é o retrato do abandono. A justificativa para o local não estar contemplado por políticas públicas é dada da seguinte maneira: o terreno onde as casas de pau a pique dos moradores estão construídas é uma área de propriedade privada, o que impede a oferta de benefícios por parte dos governos federal e estadual, apesar da necessidade premente. Isto pelo menos é o que os gestores municipais costumam argumentar quando são cobrados a respeito de ações para a região.

Outro morador de Pequizeiro é Luiz Alves do Nascimento, pai de 10 filhos e com herança de saber trabalhar na roça, ***"uma atividade cada vez mais difícil de levar adiante, por completa falta de apoio"***. Ele planta feijão, milho, arroz e mandioca, mas não tem ajuda de nada, conforme contou. ***"Ultimamente, a área de saúde está abandonada, o pessoal da educação é todo mundo de fora, não tendo ninguém nativo, e não há horta comunitária, cooperativas e até o arroz consumido pelos moradores vem de fora, sendo a farinha o forte da produção local"***, observou.

Acácio dos Santos de Nascimento, lavrador, vive numa casa de tijolos de barro sem reboco, construída com a ajuda de familiares. ***"O problema maior em Pequizeiro é na saúde. Quando precisa de assistência médica, o morador tem que ir até São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos, pois em Belágua nem sempre tem. Há dificuldades também com a água, já que nem todas as casas possuem sistema de encanamento, o que leva boa parte da popula-***

> "Tem jovens que terminam cedo o estudo e, depois, não tem o que fazer."
>
> **Luiz Alves**
> pai de 10 filhos

Em Belágua, os moradores do povoado de Lagoas são a ponta mais visível da complexa e marcante desigualdade social. Na área total do município, apenas 3% da população tem saneamento básico. A escassez de água se soma ao acesso ruim aos povoados, provocado pela falta de estradas vicinais, o que compromete ainda mais o atendimento à população, o escoamento da produção e a circulação de bens. A base da economia é a agricultura de subsistência, com maior força na produção artesanal de farinha de mandioca, utilizada basicamente para consumo próprio.

No povoado de Pequizeiro, também visitado pelo programa Movimento Solidário, a situação é bem melhor do que a encontrada em Lagoas, embora os problemas existam e preocupam. A lavradora Maria Neide admitiu que falta assistência médica e posto de saúde, e reclamou do fato de as ruas não serem asfaltadas, reivindicando uma maior presença do pessoal da Prefeitura à comunidade.

ção a recorrer aos riachos do povoado para abastecer reservatórios e tomar banho", queixou-se. Acácio planta mandioca com sementes de mandivas e ainda feijão, milho, maxixe e quiabo, recebendo também R$ 450 do Bolsa Família, "o que melhorou muito as coisas".

O caso da juventude nas comunidades de Belágua é outra questão emblemática. Na maioria delas, sobretudo nas mais pobres, muitos dos jovens não trabalham, não estudam e tampouco procuram empregos. Isto é o que acontece com Itanilson de Souza, de 18 anos, morador de Pequizeiro, que às vezes ajuda a família no trabalho de roça. Para ele, a situação da juventude é ruim. E completou: ***"Tem jovens que terminam cedo o estudo e, depois, não tem o que fazer. A falta de oportunidades de emprego é a maior dificuldade"***. Itanilson relatou que foi exatamente assim o que ocorreu com ele, que terminou o ensino médio e não tem mais como continuar, dada a falta de condições concretas do município.

Inclusão na cidadania e processo social

É sabido que sociedades justas e que procuram promover mais igualdade entre as camadas sociais convivem com menos problemas como miséria, analfabetismo e falta de perspectivas, estando aí a necessidade de implantação de políticas públicas que visem realizar a equidade no lado mais pobre da população. Ciente disso, o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira, lembrou que os lugares mais carentes são, ao mesmo tempo, fontes de muitos problemas, mas também de muitas soluções. ***"Vamos trabalhar em Belágua seguindo pilares que já foram aplicados em Caraúbas do Piauí, que se tornou um caso de sucesso, com ações de geração de renda visando dar autonomia à comunidade, educação e inclusão digital, saúde, cidadania e saneamento básico"***, acrescentou.

Segundo Jair Pedro Ferreira, a exemplo do que ocorreu na cidade piauiense, a participação de vários atores será fundamental para o sucesso das ações. ***"As doações dos empregados da Caixa Econômica Federal e das empresas parceiras serão essenciais para o êxito das iniciativas desenvolvidas. Queremos, mais uma vez, criar uma rede de solidariedade em prol dos menos favorecidos e, assim, transformar Belágua"***, disse.

O mapeamento que a equipe da Fenae faz em Belágua, traduzido em conversas com gestores municipais e com os moradores das comunidades, tem apontado que o contrário da desigualdade é o resgate da cidadania. "A inclusão na cidadania é um processo social que significa vencer as excessivas diferenças econômicas e sociais, investindo particularmente na população mais carente", frisou Natascha Brayner. Para ela, ***"se os povoados podem se tornar um laboratório de mudanças, os benefícios podem ser espalhados por toda a Belágua"***. E mais: "***Um município, sozinho, não vai mudar muita coisa. Mas se houver compartilhamento de ideias, e também dos problemas, haverá igualmente compartilhamento de respostas, e aí poderemos mudar algo"***. Esse, segundo ela, é o jeito Fenae de mudar o mundo.

> "Tem jovens que terminam cedo o estudo e, depois, não têm o que fazer."
>
> **Luiz Alves**
> pai de 10 filhos

Saiba mais sobre o Movimento Solidário:
www.programamovimentosolidario.com.br

#MAISEMPREGADOSJÁ

Mobilização por mais empregados na Caixa será **intensificada**

Diante da intransigência do banco, entidades, trabalhadores, concursados e sociedade vão ampliar a luta para que o ritmo de contratações seja acelerado. Entre as ações, está a coleta de 100 mil assinaturas até o final de janeiro e novas ações junto ao Judiciário, ao Ministério Público e ao Congresso Nacional

A luta para que a Caixa Econômica Federal contrate mais empregados não vai parar. Aliás, é hora de intensificar a ações. Esse é o recado que tem sido dado pelas entidades do movimento sindical e associativo dos trabalhadores do banco desde o fim da Campanha Nacional dos Bancários de 2015. Apesar da enorme pressão feita durante as negociações, não foi possível avançar no quesito contratações.

A realidade nas unidades da Caixa de todo o país é de empregados sofrendo com mais sobrecarrega e adoecimento, e de clientes e usuários enfrentando longas filas nas áreas de atendimento. Enquanto isso, quase 30 mil aprovados no concurso público realizado em 2014 continuam aguardando convocação. Até o momento, menos de 10% foram convocados, e cerca de 7,5% foram efetivamente contratados.

"A gente não sabe qual será o resultado, é importante que se diga isso. O que podemos garantir é que vamos lutar até o fim, porque a contratação de mais trabalhadores é urgente. Por isso, a mobilização de todos é essencial. Não é hora de baixar a guarda, mas sim de usar todas as armas que temos", afirma Fabiana Matheus, coordenadora da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE/Caixa).

"Após a assinatura do Acordo Coletivo do ano passado, quando a marca dos 101 mil empregados foi ultrapassa-

No dia 14 de novembro, CEE/Caixa e líderes dos concursados discutiram formas de intensificar a mobilização

Coleta de assinaturas vai continuar até o fim de janeiro.

da, a previsão era de chegarmos aos 103 mil. No entanto, ocorreu o inverso. Com o Plano de Apoio à Aposentadoria (PAA), mais de 3.200 deixaram a empresa, e voltamos ao patamar dos 97 mil. É fundamental que a Caixa reponha os que se apontaram este ano e acelere as contratações", diz o presidente da Fenae, Jair Pedro Ferreira.

Em reunião realizada no dia 14 de novembro, na sede da Federação, em Brasília (DF), CEE/Caixa e líderes dos concursados discutiram os próximos passos. Um deles é a coleta de 100 mil assinaturas, até o final de janeiro do próximo ano. O abaixo-assinado que cobra mais trabalhadores para o banco já conta com o apoio de quase 21 mil pessoas. Entre as estratégias está a busca de apoio em eventos promovidos por centrais sindicais e movimentos populares. Afinal, essa é uma luta de todos os brasileiros.

O lucro líquido alcançado pela Caixa no primeiro semestre de 2015, divulgado às vésperas da Campanha Nacional dos Bancários, reforça que é, sim, possível atender à reivindicação por mais contratações. Foram R$ 3,5 bilhões, alta de 2,8% em relação ao período de janeiro e julho do ano passado. **"Somos nós, empregados, que fazemos esse resultado no dia a dia. Queremos melhores condições de trabalho, e o aumento do quadro de pessoal é fundamental para que isso aconteça de fato"**, atesta o vice-presidente da Fenae, Clotário Cardoso.

Enquanto a Caixa insiste que não precisa de mais empregados, segue no topo do ranking de reclamações do Banco Central. Em outubro, foi o banco mais reclamado pelo quarto mês seguido, o que também ocorreu em dezembro de 2014, janeiro e fevereiro. **"Hoje são, na média, 778 clientes por empregado, só perdendo para o Bradesco. Em 2003, eram 335 clientes por trabalhador. A Caixa é uma parceira estratégica do Estado na execução de políticas públicas, precisa ter um quadro reforçado",** finaliza Fabiana Matheus.

MOVIMENTO

PLS 555/2015, que ameaça as estatais brasileiras, precisa ser combatido

A proposta determina que empresas públicas e sociedades de economia mista sejam constituídas sob forma de S.A. Diante de um Congresso conservador, dos grandes interesses do capital e da forte conivência da mídia, mobilização de todos será fundamental

Entidades e trabalhadores continuam mobilizados para evitar que o Senado aprove o PLS 555/2015. A proposta, que trata do Estatuto das Estatais e está na pauta em regime de urgência, determina que empresas públicas e sociedades de economia mista sejam constituídas sob a forma de Sociedade Anônima (S.A.). Uma ameaça à Caixa, BNDES, Correios, Petrobras e outras instituições federais, estaduais e municipais.

O ato mais recente ocorreu em 12 de novembro, no Senado. Um debate organizado pela Fenae, com o apoio de centrais sindicais e outras entidades. O presidente da Federação, Jair Pedro Ferreira, lembra que não houve discussão sobre o PL com a sociedade. "Queremos debater o projeto. Graças à nossa mobilização, evitamos a votação até agora. É preciso, porém, ampliar os esforços", afirma.

Segundo Luiz Alberto dos Santos, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, o PLS 555 tem vários problemas. "Um deles é que é de autoria do Congresso. Segundo a Constituição, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação e extinção de órgãos da administração pública. A proposta também tem definições muito superficiais sobre a função social das estatais e limitações excessivas aos tipos societários", explica.

Maria Rita Serrano, representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, rebate o argumento de que o problema das empresas públicas é de governança. "Estão usando de oportunismo para reintroduzir o modelo do Estado Mínimo. O que dizer dos escândalos de repercussão internacional do HSBC? E da Volks? Se não houver mobilização, o projeto vai passar, pois temos um Congresso conservador, grandes interesses do capital e a conivência forte da mídia", adverte.

Mobilizações

No dia 18 de novembro, o Ministério do Planejamento e as entidades dos trabalhadores definiram que vão debater o PLS 555/2015. A Fenae também já solicitou audiência com o ministro Ricardo Berzoini, da Secretaria de Governo da Presidência da República. "No Congresso, vamos continuar visitando os senadores para alertá-los sobre os riscos da proposta, bem como promovendo outros debates, atos e audiências", adianta Jair Pedro Ferreira.

O paraíso dos observadores de pássaros

Roraima, que em língua ianomâmi quer dizer serra verde azulada, é muito mais que o famoso monte que dá nome ao estado. Sua geografia reúne florestas amazônicas, savanas alagadas chamadas de lavrados, e a região dos tepuis, as impressionantes formações rochosas na direção das fronteiras com a Guiana e a Venezuela.

A variedade de biomas e as extensas faixas com pouca presença humana - mais da metade do território é reserva indígena - estão atraindo um turismo ainda pouco explorado no país: o de observação de pássaros, conhecido internacionalmente como birdwatching.

São 736 espécies já registradas, algumas que só existem lá, como o João-Pinto Amarelo, o

Garrincha dos Lhanos e o Teu-téu-da-savana. O Parque Viruá, por exemplo, localizado na margem esquerda do Rio Branco, no município de Caracaraí, detém o recorde de 225 visualizações de aves em um só dia.

Mesmo na capital, Boa Vista, é fácil observar cerca de 40 espécies que só existem na região. E quem estiver na cidade no período de julho a setembro, não pode perder um espetáculo único: a chegada das andorinhas no final da tarde na Praça da Igreja Matriz, no Centro Histórico. É que elas dormem nas árvores de oitis que rodeiam o Rio Branco, mas antes de se recolherem realizam um impressionante balé de milhares de andorinhas ao redor da simpática capela de inspiração germânica construída por monges alemães, que encanta crianças e adultos pela precisão e beleza. Experiência para guardar para sempre na memória.

Não esquecer: repelente, protetor solar, calçado fechado, roupas leves e que protejam do sol, binóculo e câmera fotográfica.

Parque Nacional do Viruá, em Caracaraí:
Eleito o melhor local para observação de aves do país.

Serra do Tepequém:
Especialmente para algumas espécies de gaviões, araras e beija-flores.

Boa Vista:
Parque Anauá e na orla e ilhas do Rio Branco

Extermínio dos Guarani e Kaiowá: mais uma tragédia dos povos originais do Brasil

"Mesmo uma pequena parte, já seria solução, mas a usura dessa gente já virou um aleijão"
(Nos barracos da cidade, de Gilberto Gil)

"Não queremos todo o Mato Grosso do Sul, só esses pedacinhos que para nós são sagrados. Nessas terras, onde tem as árvores sagradas, fazíamos o ritual de furação de lábio, o kunumi pepy. Hoje só podemos fazer em dois lugares por causa do perigo dos pistoleiros. Nós não temos terra nem para enterrar os nossos mortos". O apelo emocionado foi feito pela liderança indígena Valdelice Veron ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) José Dias Tóffoli, durante audiência em abril desse ano. Na ocasião, os índios reivindicaram o julgamento favorável às demarcações de suas terras, mais uma vez suspenso pelo STF.

Segundo um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para resolver todos os problemas nas áreas indígenas do Mato Grosso do Sul seriam necessários menos de 2% de toda a área estadual. "**É má-fé, para dizer o mínimo, querer convencer a sociedade que uma parcela tão ínfima de terra possa impactar negativamente a economia de um estado que, em 2013, exportou o equivalente a US$ 4,2 bilhões em produtos agrícolas",** atesta Natascha Brayner, diretora de Comunicação e Imprensa da Fenae, que tem acompanhado o caso.

A expansão desenfreada do agronegócio tem patrocinado um verdadeiro genocídio, como denuncia o Conselho Indigenista Missionário (Cimi): existem hoje no Mato Grosso do Sul mais de 30 áreas de conflito, com muitas mortes, assassinatos de lideranças e um grande sentimento de impunidade. De 2003 a 2015, 585 indígenas cometeram suicídio e 390 foram assassinados. As lideranças denunciam o silêncio da mídia e a força do poder econômico que controla parcelas do Executivo, Legislativo e Judiciário, e que jogam as populações dos municípios contra os índios.

A situação de violência contra as comunidades indígenas no cone sul do estado tem crescido tanto que uma das áreas, Nhanderu Marangatu, na cidade de Antônio João, está sob intervenção do Exército para garantir provisoriamente a vida dos Guarani e Kaiowá. Nessa região foi assassinado, no dia 29 de agosto, o

líder indígena guarani Simeão Vilhalva, de 24 anos, por pistoleiros fortemente armados. Para incitar a opinião pública contra os índios, os ruralistas ligados ao sindicato rural espalharam o boato de que os índios atearíam fogo ao município, aumentando o preconceito e o clima de guerra.

Entre os meses de maio e julho de 2015, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados esteve três vezes no Mato Grosso do Sul. Segundo o presidente do colegiado, Paulo Pimenta (PT-RS), trata-se de uma pequena fração de terras que poderia acabar com toda a violência e garantir que todas as etnias vivam com dignidade.

Pimenta lembra que para compreender as origens da violência contra os indígenas é preciso retroceder no tempo. No governo Getúlio Vargas, foram criadas oito reservas no estado, que eram uma espécie de campo de confinamento, em que foram alocados cerca de 200 mil indígenas. Na ditadura militar, a tentativa de retorno foi brutalmente impedida, com enormes violações dos direitos indígenas. Após a Constituição Federal, as iniciativas foram se sucedendo, e o que assistimos hoje é aquilo que os Guarani e Kaiowá chamam de "Retomada", ou seja, a volta para suas terras originais.

"Nestes últimos meses, levei as reivindicações dos Guarani e Kaiowá aos Ministérios da Justiça, da Educação, à Advocacia-Geral da União, ao ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Tóffoli e à Funai. Todos precisam ter a compreensão de que estamos falando de um conflito desequilibrado: de um lado, os proprietários fortemente armados, com seguranças e capangas, com os veículos de comunicação a seu favor; e do outro lado, temos os indígenas tentando fazer sobreviver sua cultura", salienta o parlamentar.

Caluniados

Os ataques aos índios não são apenas físicos, mas simbólicos, repletos de racismo e exclusão. Mestre, doutor e atualmente pós-doutorando em Antropologia no Museu Nacional da UFRJ, Tonico Benites, nome do registro de Ava Verá Arandú, é uma das principais lideranças do povo Kaiowá-Guarani no Mato Grosso do Sul. Recentemente, respondeu às acusações de que os índios seriam manipulados e o que eles escreviam nas redes sociais era uma farsa.

"Hoje, a maioria da nova geração dos indígenas escreve, alguns cursam faculdades e pesquisam. Somos caluniados e difamados por quem nos ataca, segundo os quais nós não escrevemos e não pensamos. Estão errados, mais uma vez. E parabéns aos milhares de universitários e pesquisadores indígenas, estudando e escrevendo todos os dias para fortalecer a nossa luta", afirma.

Desrespeito

No último dia 5 de outubro, os indígenas foram mais uma vez desrespeitados pelas autoridades que deveriam garantir seus direitos. Por ordem do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), foram cortados a luz, a água e o fornecimento de comida de 200 manifestantes que decidiram passar a noite em vigília na Comissão de Constituição e Justiça contra o genocídio das populações e comunidades tradicionais e dos povos indígenas.

As medidas tomadas pelo parlamentar foram denunciadas à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA). O documento, assinado por cerca de 50 organizações da sociedade civil, evidencia que Cunha feriu ao menos cinco tratados internacionais - como a Convenção Americana de Direitos Humanos - ao trancar povos indígenas e comunidades tradicionais no plenário da Comissão e ao impedir que advogados entrassem para prestar assistência aos manifestantes e às suas lideranças.

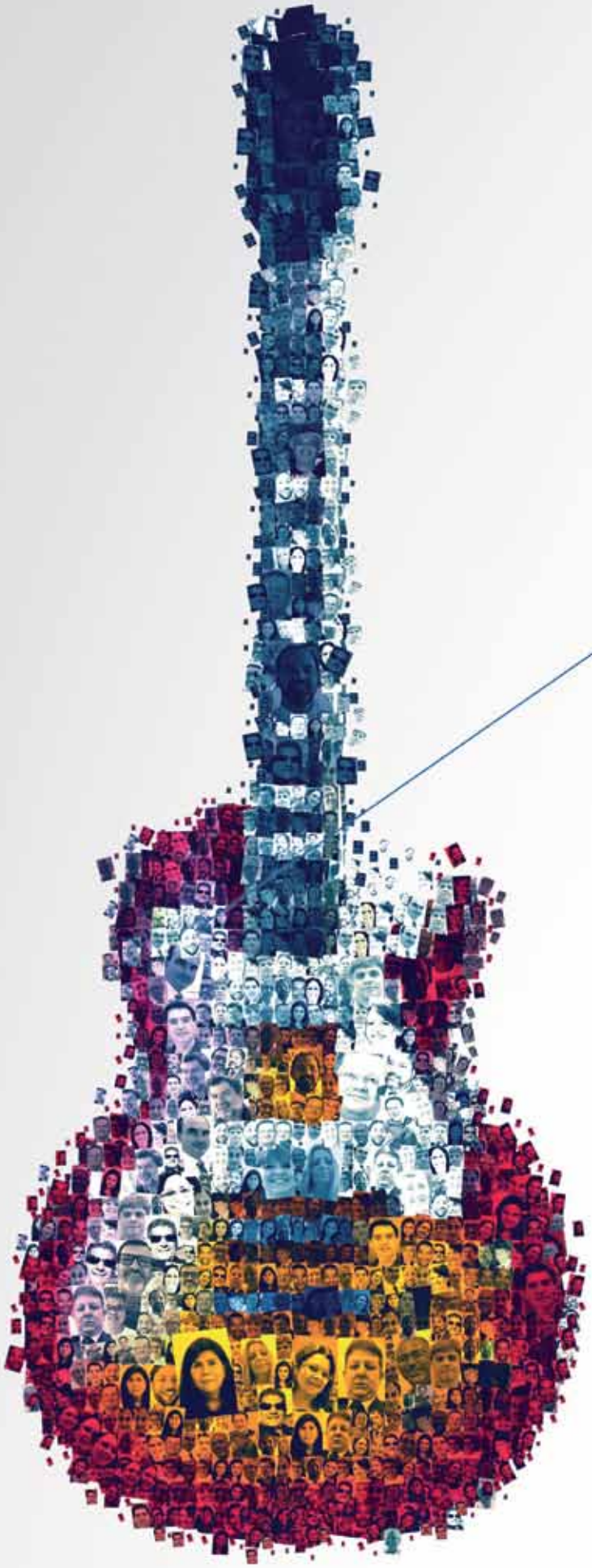
"**Como o Brasil é signatário desses pactos internacionais, eles têm força imperativa, no mínimo supralegal, do nosso ordenamento jurídico. Quando são aprovados por quórum qualificado seguindo o mesmo rito das PECs, têm status de Constituição",** lembra Natascha Brayner. Ela adverte: **"O desrespeito a esses acordos podem trazer consequências danosas para o Brasil do ponto de vista de sanções internacionais".**

Empregados Unidos, Movimento Forte! A luta não pode parar!

Homenagem a todos os empregados e aposentados da Caixa que lutaram pelo direito à sindicalização e à jornada de 6 horas, e a todos os que seguem lutando por um banco mais forte e um país mais justo.

FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



mcpc

Não custa nada
e vale muito.

INVESTIR NA CULTURA NÃO CUSTOU NADA PARA O LUIZ.

Luiz Claudio
GI Logística
Curitiba (PR)

TAMBÉM NÃO CUSTA NADA PARA VOCÊ.

O MCPC precisa de você para continuar levando mais cultura para todo o Brasil.

Este ano, os investimentos irão para ações e produtos que beneficiam milhares de famílias.

Para fazer parte desse movimento, faça sua doação no mcpc.mundocaixa.com.br

REALIZAÇÃO

FENAE APCEF

PATROCÍNIO

CAIXA seguradora PAR CORRETORA DE SEGUROS